



Experiências metodológicas para compreensão  
da complexidade da cidade contemporânea

### **III . ALTERIDADE IMAGEM ETNOGRAFIA**

Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto (Org.)

A coleção *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*, dividida em quatro tomos, é resultante da pesquisa homônima realizada, entre 2011 e 2015, pelo grupo de pesquisa *Laboratório Urbano*, do PPG-AU/FAUFBA, em colaboração com pesquisadores da UNEB e outros pesquisadores convidados. Agradecemos à FAPESB e ao CNPq pelo financiamento do projeto de pesquisa através do Programa de Apoio à Núcleos Emergentes – PRONEM, ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo que abrigou o projeto e à Faculdade de Arquitetura da UFBA que acolheu seus seminários públicos.

O tomo I. *Experiência, Apreensão, Urbanismo* refere-se ao processo da pesquisa, e os demais tomos – II. *Subjetividade, Corpo, Arte*; III. *Alteridade, Imagem, Etnografia*, e IV. *Memória, Narração, História* – correspondem às configurações das três mesas de debate e dos respectivos grupos de estudos integrantes dos seminários público e de articulação conclusivos da pesquisa, realizados no âmbito do CORPOCIDADE 4, ocorrido em Salvador, em dezembro de 2014, com a participação dos membros da pesquisa, além de estudantes e outros pesquisadores externos. Todos os autores dos capítulos, dos quatro tomos, foram membros da equipe da pesquisa PRONEM.

Experiências metodológicas para compreensão  
da complexidade da cidade contemporânea

### **III . ALTERIDADE IMAGEM ETNOGRAFIA**

Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto (Org.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
REITOR João Carlos Salles Pires da Silva  
VICE REITOR Paulo César Miguez de Oliveira  
ASSESSOR DO REITOR Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
DIRETORA Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

#### CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes  
Angelo Szaniecki Perret Serpa  
Caiuby Alves da Costa  
Charbel Niño El-Hani  
Cleise Furtado Mendes  
Dante Eustachio Lucchesi Ramaccioti  
Evelina de Carvalho Sá Hoisel  
José Teixeira Cavalcante Filho  
Maria Vidal de Negreiros Camargo



FACULDADE DE ARQUITETURA  
DIRETORA Naia Alban Suarez

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
COORDENADOR Luiz Antônio Cardoso

GRUPO DE PESQUISA LABORATÓRIO URBANO  
COORDENADORA Paola Berenstein Jacques



PRONEM - Programa de Apoio a Núcleos Emergentes

Experiências metodológicas para compreensão  
da complexidade da cidade contemporânea

### **III . ALTERIDADE IMAGEM ETNOGRAFIA**

Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto (Org.)

SALVADOR . EDUFBA . 2015

2015, autores

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

## PROJETO GRÁFICO

Daniel Sabóia, Janaína Chavier e Patricia Almeida

## REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Edufba

### Sistema de Bibliotecas - UFBA

Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea / Paola Berenstein Jacques, Fabiana Dultra Britto, Washington Drummond (org.) - Salvador : EDUFBA, 2015  
4 v. : il. (Coleção PRONEM).

Conteúdo : t.1. Experiência apreensão urbanismo - t. 2. Subjetividade corpo arte - t. 3. Alteridade imagem etnografia - t. 4. Memória narração história.  
ISBN 978-85-232-1401-2

1. Arte e vida urbana. 2. Arquitetura e sociedade. 3. Sociologia urbana.  
I. Jacques, Paola Berenstein. II. Britto, Fabiana Dultra. III. Drummond, Washington  
IV. Série

CDD - 711.4

Editora filiada à:



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo s/n

Campus de Ondina

40170-115 - Salvador - Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

Fax.: +55 71 3283-6160

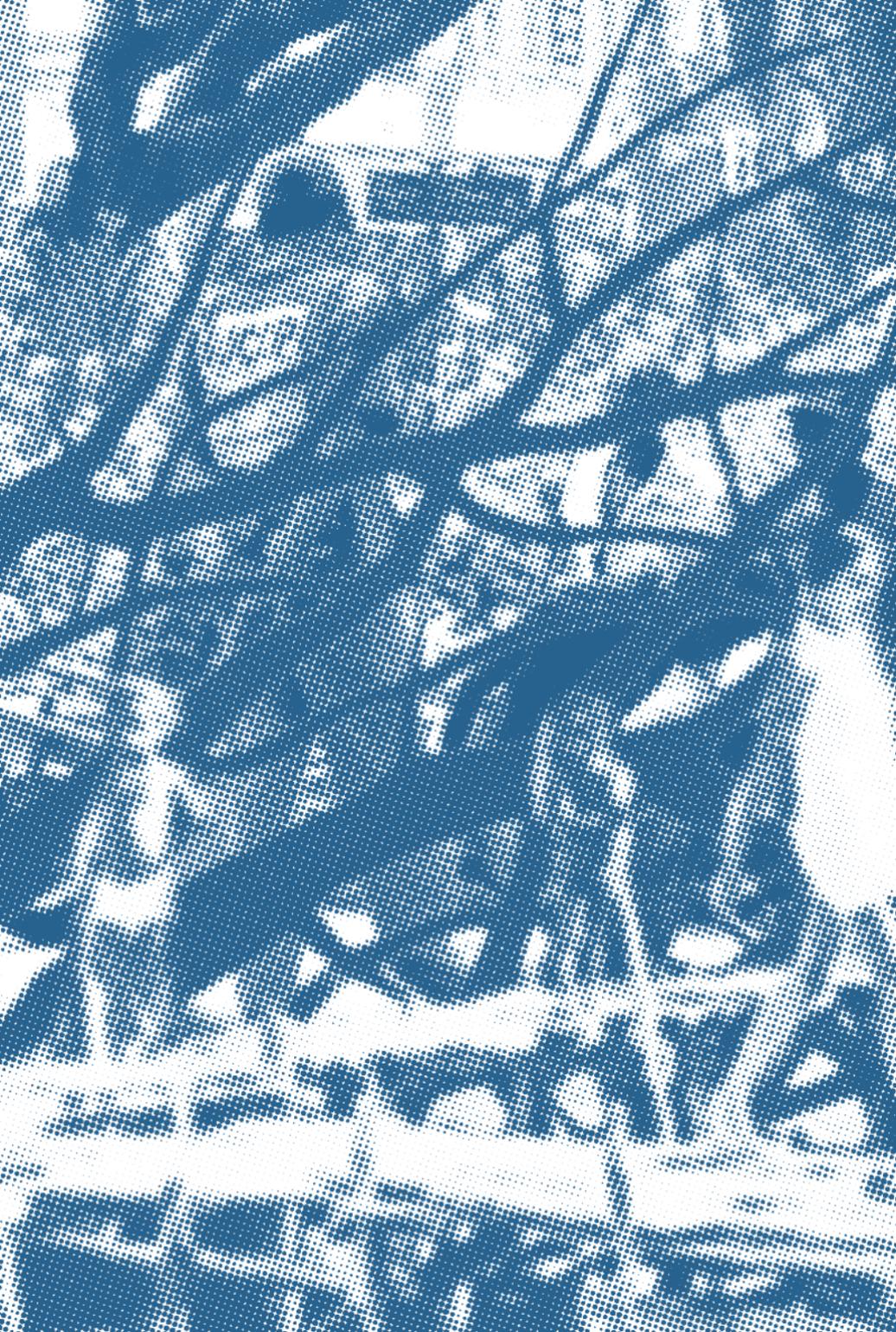
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)

[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

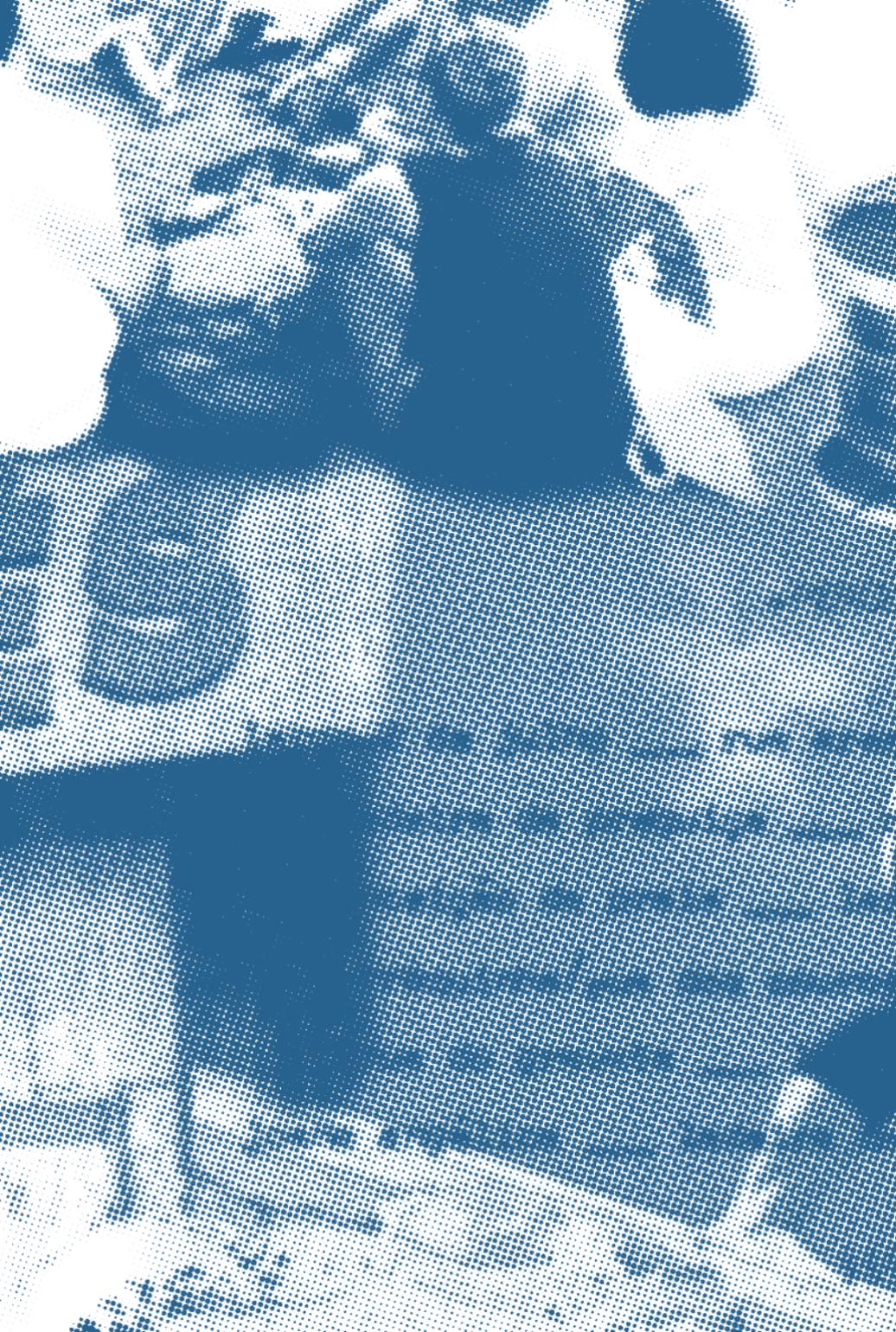














## SUMÁRIO

### DEBATES

17

**ALJAVA COM FLECHAS  
PONTIAGUDAS DEBAIXO DO BRAÇO  
A TRADIÇÃO ENTRE NARRAÇÃO E  
INTERPRETAÇÃO**

Alessia de Biase

28

**GESTÃO DA CIDADE/  
GESTÃO DIFERENCIAL DA VIDA/  
CONFINAMENTO E MORALIZAÇÃO**

Cibele Saliba Rizek

### ESTUDOS

**RELATO DE UMA  
ESCRITA POSSÍVEL**

Xico Costa

91

52

**IMAGEM E EXPERIÊNCIA DE  
APREENSÃO DA CIDADE**

Xico Costa

**PILOIA • SETE-VIRTUDES •  
REFRIGÉRIO DA FILOSOFIA •  
ESQUENTA-POR-DENTRO:  
SOPROS DE UMA EXPERIÊNCIA  
COMPARTILHADA**

Janaina Chavier

114

84

**ALTERIDADE, IMAGEM, ETNOGRAFIA:  
RELATÓRIO SÍNTESE**

Luiz Antonio de Souza

**SOBRE A (DIFÍCIL) TAREFA DE  
TRADUZIR A APREENSÃO  
DE ALTERIDADES**

Maria Isabel Costa Menezes da Rocha

130

DIAGRAMA

**RISCO E CONFORTO**

Milene Migliano

141

Daniel Sabóia  
Janaina Chavier  
Patricia Almeida

152

**GESTÃO DA CIDADE/  
GESTÃO DIFERENCIAL DA VIDA/  
CONFINAMENTO E MORALIZAÇÃO**

**Cibele Saliba Rizek**

Socióloga, professora PPG Arquitetura e  
Urbanismo IAU-USP, pesquisadora CNPq,  
membro equipe PRONEM

Esse texto é o resultado de um conjunto de incursões de pesquisa que acabaram por colocar em cena as reconfigurações da vida e as transformações – mais ou menos visíveis, mais ou menos silentes – no cotidiano das periferias a leste da cidade de São Paulo. Algumas dessas incursões de pesquisa ou incursões etnográficas se entrecruzaram, o que pode ser lido como forte indício de reconfigurações e rearranjos em trajetórias, em relações, em modos de inserção econômica que se materializam nos territórios periféricos das cidades brasileiras redesenhando as formas de vida, mas também colocando novos desafios de compreensão das relações entre Estado, políticas e programas sociais, deslizamentos, bem como as relações entre formas de acomodação e pacificação da pobreza, estratégias de enfrentamento e gestão muitas vezes privatizantes, muitas vezes governando de modo militarizado aquilo que escapou da gestão moralizada e pacificada de territórios urbanos e da vida que ali se trava e se enfrenta todos os dias.

## **A VIRAÇÃO DE CADA DIA A TRAJETÓRIA EMBLEMÁTICA DE UM AGENTE CULTURAL**

Chamava muito a atenção de toda equipe de pesquisadores a narrativa clara, a linguagem articulada e a disponibilidade de fala de Lísias. A maneira como a escola e os fatos da vida política do país se entrelaçavam ao longo da narrativa também não eram usuais. Ali mesmo, em Artur Alvim, em um sábado pela manhã, em meio a uma reunião de candidatos ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, encontramos uma figura que fugia fortemente do padrão médio dos outros candidatos a beneficiários do programa. Embora tivesse um rendimento muito próximo do limite possível para pleitear sua inclusão, (R\$ 1.600,00) que ganhava como técnico e agente de cultura em uma ONG em Cidade Tiradentes – rendimentos que, aliás, já foram perdidos porque o contrato da ONG com o programa do Centro da Juventude acabou – Lísias trazia no corpo a marca de uma outra formação – via Prouni – em uma faculdade particular da Zona Leste. É formado em Letras em um estabelecimento de ensino que, aliás, também já foi vendido para outro grupo empresarial. Havia ali indícios de politização do discurso, um grau de domínio reflexivo sobre a própria trajetória, consciência dos momentos “de vacilo” em que esteve próximo das drogas, clareza de um projeto que – com idas e vindas, altos e baixos – parecia ter viabilidade.

Moradia com os pais em um quatinho nos fundos, Lísias não se casou. A trajetória de moradia esteve marcada pelo percurso de casas nas adjacências de Cidade Tiradentes, assim como a trajetória profissional e de estudos, ainda que para que fosse possível concluir o ensino de segundo grau tivesse que ter mudado para um pedaço mais próximo da faculdade – na Vila Dalila – que permitisse a concomitância entre trabalho informal e precário, que o próprio Lísias qualificou como trabalho escravo, em uma revendedora de carros usados.

Lísias tinha uma experiência de trabalho que remontava à condição de trabalho infantil e adolescente com o pai, consertando painéis nas feiras livres e vendendo chocolate nas estações de metrô. Também tentou, por indicação de um amigo, trabalhar em loja de tecidos do Bom Retiro, tendo sido impedido de obter a vaga por deter uma doença de pele que torna suas mãos ásperas demais, segundo o dono do estabelecimento. Estudando e trabalhando onde era possível – na clássica viração brasileira – viu nascer os Centro Educacional Unificado, em especial o CEU Inácio Monteiro, onde começou a fazer teatro, durante a gestão Marta Suplicy.

Essa nova descoberta, lendo, percorrendo o caminho da pesquisa teatral, ensaiando, foi de fato um ponto de inflexão. “Fizemos *As Troianas* e nesse processo, graças ao diretor de teatro do CEU, descobri que sou bonito, que tenho um sorriso bonito, que podia subir ao palco e falei – É isso que eu quero fazer da minha vida”.

Começava uma trajetória que o encaminharia para o trabalho como agente de cultura, bem como para as agruras de uma vida que sofreria as oscilações dos graus de precariedade e pobreza ao sabor de projetos e financiamentos. A primeira experiência foi a de agente cultural em uma escola pública local, no período de férias, com atividades de recreação por meio de brincadeiras e de jogos teatrais. Foi lá mesmo, em Cidade Tiradentes que, por meio de suas atividades de teatro e, posteriormente, de participação no Conselho Gestor do CEU, que Lísias reencontrou uma professora cuja ajuda teria sido fundamental para que escrevesse seu primeiro projeto e pudesse conseguir o posto de agente de recreação por três meses com um salário muito modesto – talvez um salário mínimo do período. Também por essa rede de contatos acabou por conhecer a ONG da qual acabou por participar com atividades teatrais, em um trabalho com jovens. A ONG – Ação Comunitária

– teria mantido um convênio com a prefeitura de São Paulo por cinco anos sem que fosse renovado na atual gestão. Desse modo, como trabalhador em cultura, Lísias chegou a receber – depois de duas promoções, cerca de R\$ 1.700,00 por um trabalho diário com teatro para jovens que, como afirmou, “não caíram na droga e na rua; só alguns... um deles virou morador de rua e consome *crack*... os demais, não. São como filhos que a gente encaminha...”

Depois da não renovação do “projeto” com a ONG em que trabalhava, Lísias estava desempregado. Vendo o álbum da formatura que fez questão de nos mostrar, além das fotos penduradas na parede, conversando com a mãe de Lísias, comecei a perguntar sobre os vários pontos de cultura e equipamentos culturais de Cidade Tiradentes. Lísias os conhecia bastante bem: o Centro Cultural, os CEUs, as ONGs que operacionalizam os programas de Assistência como a Santo Cristo, cujos dirigentes fizeram parte do Conselho Tutelar, o ponto de cultura do bairro, a Biblioteca Solano Trindade vinculada ao coletivo Força Ativa, um outro grupo importante no local, o Pombas Urbanas. Tinha o mapa dessas iniciativas na cabeça, assim como, por meio de uma trajetória que combinava locais de moradia, escape do mundo do crime e trabalho com adolescentes, também conhecia os percalços da proximidade com o tráfico. Aqui cabe destacar que seus pais venderam uma casinha para mudar para uma parcela do bairro conhecida como Juscelino, exatamente para fugir dessa proximidade quando Lísias e seus irmãos eram mais jovens.

Desempregado já há dois meses, não parece querer “voltar atrás”. Quer trabalhar com teatro e talvez no cruzamento entre teatro e educação, fazendo jus à qualificação que adquiriu em grupos de teatro, em especial na Trupe de Choque, coletivo premiado, contemplado pelo fomento ao Teatro de São Paulo.<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo, é importante caracterizar a ONG cujo contrato de gestão do Centro Comunitário de Cidade Tiradentes não teria sido renovado pela gestão Haddad à frente do governo municipal. Trata-se da Ação Comunitária que se autodefine do modo que se segue:

“Em 1967 é fundada a Ação Comunitária do Brasil, resultado da atividade social de grandes empresários brasileiros. Em seus 47 anos de trajetória, a Ação Comunitária vem construindo um sólido conhecimento na área socioeducativa e de desenvolvimento comunitário, que remete ao seu surgimento na década de 1960 quando grandes empresários como Francisco Matarazzo Sobrinho, Paulo Ayres Filho, Ruy Mesquita e José Martins Pinheiro Neto decidiram investir em projetos sociais arrojados que se diferenciavam do padrão tradicional assistencialista. Tal espírito de pioneirismo perpetuou-se na cultura e nos valores da Ação Comunitária, que desde então busca atuar de forma inovadora, adaptando-se às necessidades de cada período e impulsionando o surgimento de novas tendências. A primeira grande modificação ocorreu nos anos 1970, quando começaram a ser estabelecidos os convênios com organizações de bairro, o que impulsionou o forte investimento na criação e aperfeiçoamento de metodologias pedagógicas devido à necessidade de ampliar o conhecimento e replicar as atividades em diferentes locais. As décadas seguintes foram marcadas pela busca por um atendimento completo e integrado, contemplando práticas de educação, saúde e cultura.

Com a virada do século e as demandas sociais emergentes nesta nova conjuntura, identificou-se a necessidade de revisão das formas de atuação quando se optou pela restrição do atendimento a crianças, adolescentes e jovens, com foco em serviços socioeducativos, desenvolvimento comunitário e profissionalização de jovens.

Em 2013, um novo capítulo foi escrito. Como resultado do Planejamento Estratégico 2013-2018, a oferta de serviços sociais para inclusão social foi reorganizada para criar maior especialização e sinergia entre todas as áreas da organização. Estabeleceu-se como prioridades, além da manutenção do atendimento direto e indireto, a aproximação junto ao governo para influenciar políticas públicas, produção e a disseminação de conhecimento.”<sup>2</sup>

Esse *mix* de práticas e de seus sentidos que se constitui pela combinação na mesma trajetória de uma ONG de inscrição claramente empresarial dentro das velhas e novas concepções vinculadas à filantropia brasileira, assim como os grupos de teatro que lutaram e obtiveram o Fomento Público em São Paulo, em uma grade de movimentos pela autonomia da produção teatral como o Arte contra a Barbárie e o Redemoinho, parecem apontar para um conglomerado nada homogêneo de concepções, sentidos e práticas que constituem novos agentes e trabalhadores da cultura e “do social” nos territórios marcados pela segregação, territórios pobres, mas nem por isso desprovidos de equipamentos, territórios que conformam os públicos alvo de programas sociais e de cultura entrelaçados em novas combinações.

A esse respeito talvez valha a pena lembrar que, ainda que interrompido pela gestão em curso na Prefeitura de São Paulo, a continuidade tucana, combinada com a gestão municipal Serra Kassab, consagrou um “modelo” de gestão privada de equipamentos que parece tangenciar as práticas de ONGs de natureza empresarial como a Ação Comunitária. Por esse motivo, visitar esse processo pelo qual se cruzam formas de privatização pode ser útil para desvendar uma parcela das periferias como nicho de negócios que se retroalimentam.

## **O TRABALHO PRECÁRIO E FLEXÍVEL COMO PROJETO DE VIDA**

Na trajetória de Lísias, fomento público ao teatro, políticas culturais e educacionais como os CEUs e suas modulações, ações culturais voltadas para a juventude transformada em público alvo de combate à pobreza por ONGs e organizações sociais conformam uma inserção precária e bastante “flexível” em um mercado de trabalho pouco concebido como tal que combina “trabalho social” e “trabalho cultural”, ou antes, o trabalho como agente cultural enquanto “trabalho social”. Esse imbricamento está presente em parte significativa dos projetos culturais voltados para as populações de baixa renda, como se pode observar nas informações e dados a respeito da gestão do Projeto Guri.<sup>3</sup>

Algumas das dimensões do desdobramento de programas e projetos que entrelaçaram a produção cultural com o trabalho social acabaram se constituindo em uma das saídas para o enfrentamento de um novo modo de conformação das práticas e da produção de artes e cultura: trata-se da constituição de coletivos de artistas – grupos de teatro, coletivos de dança, de artes plásticas etc. Esse grupos, assim como o número de profissionais envolvidos com o trabalho artístico, estão em crescimento significativo no Brasil, desde a década de 1990. Nas periferias adquiriram uma face própria e constituíram um mercado de trabalho que traz a marca do precariado brasileiro.<sup>4</sup> Entre os que vivem do trabalho artístico ou da inserção no mercado de trabalho como agentes culturais, há uma grande predominância do trabalho por conta própria. Porém, crescentemente, em função de políticas e programas sociais, alguns coletivos e grupos se transformam em cooperativas (pondo em operação um conjunto de novos e velhos dispositivos do trabalho associado ao que depende, obviamente, do tipo de trabalho que se realiza) ou ONGs ou acabam por gerir projetos financiados

por Organizações Sociais na forma de OSCIPs. Pode-se facilmente apontar que a imensa maioria desses agentes trabalha de maneira informal ou precária, de forma já bastante “naturalizada”. Lísias, por exemplo, quer viver de teatro, como ator, agente cultural ou técnico, mesmo que isso implique nunca ter experimentado a situação de um vínculo formal de trabalho “com carteira”.

A menção à formalização das relações de trabalho, distante das expectativas de parte considerável dos profissionais em arte ou de agentes de programas de cultura da atualidade, parece apontar que estão em cena novas formas e novos modos de regulação e objetivação que normalizaram a precarização das condições de trabalho e vida, a condição temporária de provimentos oriundos de cachês, leis de incentivo, novas e velhas formas de trabalho cooperativado e, finalmente, como parte considerável dos trabalhadores brasileiros, a “viração”. A flexibilização do trabalho se agrega às formas de flexibilização de uso da força de trabalho nos últimos 30 anos. Se é verdade que nem todo trabalho flexível é precário, ainda que no Brasil essa aproximação seja bastante plausível, também é interessante notar que a literatura sobre o trabalho e o mercado de trabalho aponta que as formas de contratação e de precariedade do trabalho em artes e cultura parece se constituir em dispositivo e em experimentação revestida de um conjunto de justificativas enobrecedoras e aparentemente emancipadoras: o trabalho voluntário que deixa de ter conteúdo meramente filantrópico para entrar na agenda das práticas empresariais, as dimensões corporativas de uso de um trabalho que se distancia das formas clássicas e aparece como não trabalho, o nascimento de dispositivos poderosos de intermediação entre corporações e populações organizadas como “comunidades” carentes a serem ordenadas e integradas ao “bem-viver” em sociedade, novas formas de gestão que se desdo-

bram tanto no gerenciamento da precariedade dos trabalhadores em arte e cultura, como na administração da vida das populações transformadas em públicos-alvo de práticas, o que passa inclusive, pelo enorme leque de formas organizacionais – institutos, ONGs, organizações sociais e suas inúmeras formas de financiamento com ou sem as parcerias e terceirizações de serviços públicos. É possível, assim, entrever que os trabalhadores que constituem o campo das práticas de cultura, em especial os mais empobrecidos que combinam cultura e “trabalho social”, se conformaram como uma espécie de núcleo avançado de flexibilização do trabalho, o que se coadunou de modo bastante importante com financiamentos por editais, com fluxos variáveis de financiamento público e privado, com a condição informal e precária de vida e trabalho elevados à situação de normalidade e normalização.<sup>5</sup>

A gestão da produção e da vida “por projetos” que, aliás, não se restringe aos profissionais das Artes, talvez seja o exemplo mais claro dos desdobramentos dos processos de flexibilização, que acaba por resultar em um trabalho de múltiplas tarefas, pela incorporação crescente dos saberes de gestão, pelo domínio da produção dos projetos de financiamento ou pela contratação de profissionais especializados na elaboração de projetos para pedido de financiamento e seus desdobramentos. A vida e o trabalho pautados por projetos, financiamentos e suas oscilações – o que de resto acompanha os processos de transformação de contratação, terceirização e gestão das grandes empresas – resulta da produção de vínculos de trabalho instáveis, temporários, subcontratados... E, talvez, o campo do trabalho nas Artes e na Cultura e sua complexidade, suas virtualidades e possibilidades, suas potencialidades emancipadoras e humanizadoras tenham funcionado como dispositivo e como uma espécie de antecâmara para esse conjunto de inovações

organizacionais que capturam mais do que qualquer discurso ou prática, a elaboração e efetivação do trabalho que envolve a construção subjetiva de modo muito significativo. Mais do que isso, talvez possamos perceber de que modo o financiamento privado e público da produção cultural na exigência de suas contrapartidas – tenham transformado a vida e o trabalho pautado por projetos em modo de gerir não apenas a vida e o trabalho dos produtores e criadores, mas também de seus públicos-alvo acondicionados em programas sociais e culturais.

Há também uma enorme semelhança entre esse processo de produção de projetos e obtenção de patrocínios públicos e privados e uma onguização de coletivos de arte e de artistas em suas práticas sociais e pedagogizantes. Nessa confluência, pode estar operando um deslizamento importante da produção cultural para o trabalho social que, por meio de práticas ainda ancoradas nas dimensões modernas das relações arte/sociedade, acaba por produzir um social como dimensão híbrida, como o avesso da possibilidade da ação, o contraponto à constituição de sujeitos, a criação de objetos de gestão, acomodação e pacificação da precariedade e da desigualdade.<sup>6</sup>

No âmbito do que se relatou, a trajetória de Lísias aponta para um aprendizado que conforma uma gestão da própria vida a partir desses expedientes e dispositivos, uma gestão de si e da própria sobrevivência, na e pela ausência de vínculos de assalariamento e seus direitos, consolidando e redefinindo o chamado “trabalho autônomo” que tangencia crescentemente as formas de empreendedorismo e empresariamento da cultura e do trabalho social. Ainda nesse mesmo âmbito, objetividades (trabalho precário) e subjetividades (a ideia de uma normalização desses processos) são atravessadas por um conjunto de agenciamentos novos. São potencialmente dispositivos que enredam e nos enredam em um horizonte

de empresas por um lado – o mundo do “Você S. A.” – e de um conjunto de “comunidades” reencontradas, reinventadas e simuladas em públicos-alvo. Essas dimensões, vistas como resultados de um conjunto de processos, parecem redesenhar os campos e mecanismos de produção e divulgação da cultura e de seus financiamentos. Resta então, por um lado, entender que se trata da constituição de um campo de forças, de um campo de conflitos. De outro lado, cabe sempre perguntar pelos elementos que constituem como os eixos estruturantes dessa conformação tanto em seus novos componentes como em suas redefinições e deslizamentos.

Quais as novas tensões e contradições? Em quais fissuras seria ainda possível encontrar caminhos e processos de ação? Como re- por as questões colocadas pelo presente identificando e pondo em questão as redefinições, modulações, as tensões entre os dispositivos, tão mais eficazes quanto mais invisíveis, e o trabalho e ação dos trabalhadores da área da cultura e das artes, sobretudo na dimensão das práticas que talvez pudessem problematizar a domesticação, a disciplina, a pacificação da gestão e da administração da vida encontrando e produzindo, para além da sobrevivência e da normalização – resistências, restituições, possibilidades...

## **PROGRAMAS E POLÍTICAS SOCIAIS – MEDIAÇÕES DE TODO DIA**

Por vezes de modo paradoxal e por vezes de forma associada à presença do crime e em nome ao seu combate, outras presenças e mediações se articulam constituindo os novos componentes que vêm alterando a dinâmica cotidiana e suas cenas nas periferias das metrópoles brasileiras, cenas que se normalizam e se alastram, constituindo novos ordenamentos sociais inscritos indelevelmente naqueles espaços. Dessa perspectiva, talvez não seja possível pensar

nessas práticas e ordenamentos da vida cotidiana nas periferias das cidades brasileiras contemporâneas sem colocar no horizonte um conjunto de programas e políticas sociais combinadas que vão das políticas de transferência de renda aos programas de incentivo e às práticas culturais, dos programas de saúde aos de moradia, bem como pelas teias e tramas que ganham densidade a partir dos desenhos e normativas de cada programa, de suas proposições e dispositivos que têm origem nos órgãos e instituições que compõem o Estado e que se estendem até operadores, condicionalidades, implicações locais.<sup>7</sup> Essas tramas de relações, pressupostos e formas de operação se desdobram pelas condições de vida, pelas formas de consumo e endividamento, pelas perspectivas e fluxos de trajetórias de moradia nas e das cidades e nas e das periferias. Assim, além da transversalidade e capilaridade da dobra legal/ilegal, programas e políticas sociais, processos de mapeamento, gestão e produção de públicos-alvo parecem também transversalmente pela mão das novas formas de consumo, pela inserção em um ou vários programas ou pela inevitável contabilidade e mapeamento pelo Cadastro Único e suas muitas operacionalidades e funcionalidades.

Desse modo, uma última observação oriunda das incursões a campo talvez possa recolocar em cena – pelo menos numa cena urbana – as dimensões de novos núcleos e modos de governo e gestão da vida que se espalham pelas periferias das metrópoles e cidades brasileiras. Trata-se exatamente dos programas e políticas sociais que vão da Bolsa Família aos programas de cultura, passando pelos programas de saúde e, pelo menos no caso das modalidades para as faixas de menor renda, pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O que se pode apreender desses processos que de fato vêm reconfigurando o cotidiano das populações das periferias se desdobra, por

um lado, em um conjunto de operações que supõe condicionalidades e, por outro, invariavelmente, “trabalho social”, que tem no já mencionado Cadastro Único<sup>8</sup> seu ponto de partida. Importa assinalar que esses processos redundam em mapeamento e construção de públicos alvo para os mais diversos programas, o que também acaba por incidir sobre uma construção minuciosa das demandas, condições e modos de acompanhamento de cada programa – inclusive os programas de cultura como o Projeto Guri ou os programas de saúde, geridos de modo privatizado por um conjunto de organizações sociais<sup>9</sup>.

Nesse feixe articulado de processos e programas e seus modos cotidianos de implementação e acompanhamento, duas observações podem tomar corpo. A primeira diz respeito à construção e, principalmente, à forma de operação e à capilaridade dos programas o que acaba por configurar o que, com Paoli, poderia ser identificado como um “mundo do indistinto”<sup>10</sup> ou um “mundo da indistinção” em que se embaralham por exemplo associações oriundas dos movimentos sociais com instituições que se conformam como organizações sociais de todos os tipos, o que se constituiu em um campo que abrange desde organizações religiosas até fundações de origem empresarial. De qualquer modo, seria possível identificar aí um processo importante de gestão da vida cotidiana pautada por critérios de eficiência mensuráveis nos termos de cada um dos programas. No âmbito desses programas, talvez seja possível – e, sobretudo, necessário – identificar um deslizamento que permite compreender como os operadores se transformam e são transformados por esses mesmos critérios de avaliação e eficiência crescentemente acoplados aos programas sociais que se instituem como poderosos instrumentos de gestão da vida de todos os dias, de organização e de mapeamento da pobreza, de transformação das populações em

situação de precariedade em públicos alvo fragmentados por idade, sexo, atividade, necessidade não raro identificada e atribuída a partir de critérios de cada programa, de cada uma das instituições e atores envolvidos.<sup>11</sup> Talvez ainda seja imprescindível que se possa encontrar uma fenda de descrição e compreensão que supere as identidades pendulares atribuídas a essas mesmas populações, que oscilam entre a culpabilização, a criminalização e a vitimização.<sup>12</sup>

As dimensões, formas, desdobramentos e modulações do trabalho social que acompanham cada programa, sua insistência ao menos discursiva em formas de avaliação e eficiência parecem operar uma funda despolitização que, ao menos temporariamente, parece afastar esses grupos – devidamente fragmentados em públicos alvo – de sua constituição enquanto sujeitos políticos. Pode-se apontar que esse complexo de elementos combinados enquanto tecnologias sociais de gestão da pobreza operam também por meio de um processo nada desprezível de ativação e mobilização de recursos pessoais, culturais, de sociabilidade das populações no sentido da sua inserção – ao que tudo parece indicar nada desprezível – em atividades economicamente vinculadas ao funcionamento de uma economia de mercado que poderia operar na transformação da pobreza em nicho de pequenos e grandes negócios.<sup>13</sup> Essa gestão e ativação por meio dessas políticas permitem que se compreenda um conjunto de novas atividades que transformam o cotidiano das periferias e que recebem a marca dos empreendedorismos de todos os tipos: da microempresa que formaliza o trabalho que era passível de ser compreendido como informal,<sup>14</sup> ao empreendedorismo social de novas e velhas associações, bem como ao empreendedorismo cultural de coletivos que acabam por encenar o que D’Andrea qualificou a partir de categorias nativas como “orgulho periférico” ou mesmo como “sujeitos periféricos”.<sup>15</sup> Também chama a atenção

de pesquisadores e observadores mais atentos que essas políticas vistas como de ativação – que explicitam o que está presente como recurso pouco ou nada utilizado para fins de inserção econômica e de mercado – tomam as dimensões subjetivas e os elementos presentes nas dobras mais ou menos implícitas de relações e formas de sociabilidade como molas propulsoras para a realização de atividades assimiladas à esfera da realização econômica. Dessa perspectiva cabe ressaltar, por hipótese, um deslizamento nada desprezível entre uma subjetividade que era, na análise dos movimentos sociais e populares dos anos 1970 e 1980, pressuposto analítico de resistência e conflito – nem sempre visíveis – a partir de matrizes de análise ancoradas em autores como E. P. Thompson, apenas para citar uma referência que teve impacto nas Ciências Humanas daquele período no Brasil, para a necessidade de pensar as dimensões subjetivas como o que alguns autores compreendem como “fabricação do sujeito neoliberal” a partir de uma concepção segundo a qual o neoliberalismo não se conforma apenas como mais um momento da história do capitalismo, mas como uma racionalidade contemporaneamente consolidada, que passa a lhe ser própria.<sup>16</sup>

Assim, trata-se de identificar, no cotidiano das diferentes regiões e pedaços das cidades, formas de gestão e de gestão diferencial de territórios no sentido da fabricação tanto de nichos de negócios – como se pode constatar a partir do Programa Minha Casa Minha Vida – como de formas de governo, que se associam e conformam aquilo que Lautier denominou “governo moral dos pobres”<sup>17</sup> ou ainda como no caso dos “nóia”, territórios de internação forçada, de cercamentos, de confinamentos e no limite de extermínio naturalizado pela figuração dos corpos abjetos, tal como identificou Taniele Rui<sup>18</sup>. A eles se associam formas naturalizadas de violência que recebem o nome de “políticas de segurança” voltadas para os territórios identificados com a precariedade das condições de vida, mas,

sobretudo, voltados para a produção do confinamento, recuperação forçada e extermínio como modo de operação nas e das cidades<sup>19</sup>. Entre a Cracolândia e o que Taniele Rui chamou de corpos abjetos – os corpos da droga, os presidiários, os presos do lado de dentro e de fora, os internados para tratamento em verdadeiras unidades de trabalho, as casas de recuperação de jovens infratores – e as periferias governadas por programas sociais que organizam as práticas e os fluxos cotidianos dos viventes transformados em populações, todo um leque de diferenças e graus se estabelece. Gestão diferencial – do enclausuramento e morte ao governo moral, bastante invisível e ancorado nas supostas virtudes da família, da cultura e dos desdobramentos das teologias da prosperidade, são modulações que se desdobram, por exemplo, no que se convencionou chamar de “economia criativa” que faz explodirem, de um lado os novos coletivos de produção cultural em uma miríade de atividades, projetos, parcerias e, de outro, associações não raro resultantes dos movimentos populares e sociais, ONGs e organizações sociais que se voltam para a implementação e acompanhamento de cada um desses programas e seus financiamentos e benefícios.

Desse ponto de vista, o exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida nas suas modalidades, mas em especial na modalidade Entidades, é emblemático exatamente porque deveria contemplar as entidades constituídas pelo longo percurso de lutas dos movimentos de moradia, isto é, deveria contemplar as associações e formas organizacionais que resultaram dos movimentos de moradia, responsáveis em grande medida pela politização da questão da habitação no Brasil. No entanto, sobretudo, é imprescindível notar, com R. Zibechi<sup>20</sup>, um outro deslizamento muitas vezes pouco claro e pouco visível no cotidiano das periferias envolvidas em um sem número de projetos, atividades, empreendedorismos e novas perspectivas de negócios. Em um livro que busca compreender as no-

vas transversalidades entre países e governos latino-americanos e oferecendo diagnósticos que merecem ser no mínimo discutidos, o autor aponta que parte do que vem sendo tratado como movimentos sociais, na verdade, acabou se transformando em organizações sociais que minimizam ou deslocam os potenciais de conflitos em direção a horizontes politicamente esvaziados. A constatação desse esvaziamento é, aliás, bastante coincidente com algumas contribuições brasileiras de autores como Francisco de Oliveira – bastante citado por Zibechi – mas também com a perspectiva analítica desenhada por Paoli, em texto de 2006, publicado em 2007.<sup>21</sup> Talvez as aporias e disjunções provenientes dos sentidos do Programa na sua modalidade Entidades possam ser ancorados na constatação de que o programa constituiu parcerias e parceiros, sobretudo com organizações sociais provenientes – mas certamente pouco coincidentes – com os movimentos que lhes deram origem. Por outro lado, também é importante notar que algumas dessas entidades contempladas e constituídas como participantes do Programa reverteram suas atividades a partir de outros setores de atuação – bastante diversos, diga-se de passagem – para operar como “máquinas de produção de casas”,<sup>22</sup> para construir a demanda e organizá-la a partir de uma rede de sociabilidades muito frequentemente privada (família, vizinhança, conhecidos), para além de qualquer vínculo político ou politizante.

Diante desse quadro de constituição de um governo moral dos pobres que ganha operadores e modos de operação que poderiam ser identificados como margens do Estado, localizando-se em zonas de indeterminação ou zonas de indistinção entre o Estado e o que acabou sendo denominado como sociedade civil, no cruzamento da constituição da demanda de cada programa e dos protagonismos e formas de participação requeridos para que o “bom beneficiário” acabe contemplado, cumprindo as condicionalidades de cada be-

nefício, uma nova injunção coloca no horizonte das interrogações a respeito da vida cotidiana: trata-se das mobilizações de junho de 2013, bem como seus desdobramentos nos movimentos que questionaram os grandes eventos e continuam demonstrando as encruzilhadas das políticas sociais entre as quais as políticas de habitação. Se a lógica partidária e/ou sindical estiveram longe de dar a tônica das mobilizações, se parte delas como os rolezinhos têm os *shoppings* – em especial os localizados nas áreas mais pobres – como locais preferenciais marcando uma ambiguidade relativa à inserção das populações de menor renda no mundo do consumo, por outro lado, é possível dizer que, para além da clivagem politização/despolitização, é a cidade e a trama urbana que vêm sendo alvo de discussão e de problematização. É a presença/ausência de espaços comuns, de algum modo comuns, que parecia pulsar nas manifestações, nos rolezinhos, nas recentes ocupações, para além dos programas de moradia. Talvez por esses caminhos uma nova forma de politização – distante das formas clássicas de expressão política – se constitua a partir da vida de todo dia, a partir de um universo que Braga chamou de pulsão plebeia,<sup>23</sup> que se escancara em práticas que permitem por caminhos nem sempre claros, discutir a possibilidade e a impossibilidade de relações sociais para além das dimensões estreitas das comunidades de pertinência e de gestão e dos limites locais, para além dos territórios de confinamento, da precariedade e dos fragmentos criados por uma miríade de programas e de políticas sociais, para além de um cotidiano criado pela mercantilização crescente e pelas formas de gestão da vida – gestão modulada e orquestrada pelos parâmetros da eficiência de cada organização, de cada operador, de cada instância pela qual cada parcela da população ganha um lugar pré-estabelecido em um mundo cada vez mais passível de ser adequadamente (sempre cabe a pergunta – adequado para quem?) administrado ■

## NOTAS E REFERÊNCIAS

**1\_** “Para a II Trupe de Choque, promover uma residência artística no Pinel significa abordar a exclusão e o isolamento provocados pela sociedade do consumo, buscando – não só no conteúdo, mas no formato de seus espetáculos – questionar tal segregação e as distâncias físicas e simbólicas que ela é capaz de impor. O objetivo geral do nosso projeto atual Material Tebas/Eldorados 11 de Setembro apoiado pela Lei de Fomento ao Teatro é construir um espetáculo teatral a partir do material dramaturgício da tetralogia tebana (“Édipo Rei”, “Édipo em Colono”, “Sete Contra Tebas” e “Antígona”), que terá como tema “Eldorados Periféricos/Eldhorrorado 11 de Setembro”, através de um processo de investigação que envolve, durante todo o processo de criação, a realização dos Núcleos Peripatéticos de Pesquisa artística na sede da II Trupe de Choque, no Pinel e em dois equipamentos públicos da cidade, O CEU Perus e o Centro Cultural da Juventude, que inicialmente, no primeiro formato do projeto, aconteceram em outros equipamentos públicos da cidade: CEU Azul da Cor do Mar, CEU

Inácio Monteiro, CEU Lajeado, CEU Sapopemba (todos na zona leste da cidade) e Casa de Cultura Palhaço Carequinha (na zona sul da cidade). Além deste objetivo mais geral, já foram realizados em 2010 e ainda serão no ano de 2011, ensaios abertos dos trabalhos criados até aqui e outras ações culturais que dizem respeito aos conceitos que envolvem todo o projeto que vem acontecendo desde o início deste ano dentro Pinel.” Disponível em: < [http://www.teatropedia.com/wiki/II\\_Trupe\\_de\\_Choque](http://www.teatropedia.com/wiki/II_Trupe_de_Choque)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

**2\_** Essa ONG tem ainda como parceiros: Cyrella, Itaú, Bradesco, Sky, Pernambucanas, Globosat, IBM, BIC, Grupo Protege, OMINT, entre outros. Seus principais programas são: Formação continuada de educadores, Cres- Ser, Primeiras Letras, Ritmo som e movimento, Preparação para o Trabalho, Conexão Jovem, Brincadeiras que educam” Disponível em: <<http://www.acomunitaria.org.br/>> . Acesso em: 28 ago. 2014

**3\_** Ver a esse respeito Rizek, C. S. Políticas sociais e políticas de cultura: territórios e privatizações cruzadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, 2013.

**4\_** Lilinana Segnini apontou um crescimento de profissionais dos espetáculos e das artes da ordem de 67% entre 1992 e 2006.

**5\_** Essa ideia tem como origem a pesquisa de Lilinana Segnini. A ela devo a menção à obra *Retrato do Artista* enquanto trabalhador de Pierre Michel Menger, Roma Editora, Lisboa, 2005. Esse autor constrói a ideia de que as artes e o trabalho artístico se constitui como laboratório de flexibilização. Estou aqui utilizando a ideia de dispositivo mais do que a ideia de laboratório. A respeito dessa noção, ver AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo*. Porto Alegre: Argos, 2009.

**6\_** A constituição desse novo *modus operandi*, dessa nova forma das relações entre Estado, mercado e produção cultural também gerou um conjunto de lutas e conflitos, algumas conquistas em âmbito municipal e, posteriormente, mesmo em âmbito nacional. Assim, é preciso também mencionar que o destino dessas vitórias é significativo, ainda que tenha gerado também novas opacidades e ambiguidades, que passam pela discussão em torno da arbitragem e das decisões, bem como das oscilações pendulares

entre obtenção e não obtenção de financiamentos, comprometendo a longevidade e a possibilidade de permanência de grupos e coletivos, sobretudo nos territórios mais pobres da cidade.

**7\_** Desse ponto de vista, cabe notar que os benefícios e condições de cada programa se entrelaçam, por um lado, nos procedimentos de contagem, triagem e mapeamento do Cadastro Único; por outro lado, como notou Amélia Cohn, o que é oferecido em um programa passa a ser condicionalidade em outro programa, deslizando assim da condição de direito (em especial na esfera da saúde) para condição (em especial em relação ao Bolsa Família). Ver COHN, A. Saúde e Desenvolvimento Social *Saúde e Sociedade*. No título do periódico citado na nota a brevíatura dos meses está em inglês??? Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 18 Abr./Junho 2009, em versão digital – [www.Scielo.org.br](http://www.Scielo.org.br) Acesso em: 17 ago. 2012.

**8\_** O Cadastro Único é um banco de dados que foi criado para o governo federal saber melhor quem são e como vivem as famílias brasileiras mais pobres. É por meio dele que o governo consegue entender quais são

as principais dificuldades que a sua família enfrenta e como pode ajudar a melhorar as suas condições de vida. No Cadastro Único temos dados sobre renda, tipo de moradia, escolaridade, idade e outros. O cadastro deve ser atualizado a cada dois anos ou sempre que houver uma mudança na situação da sua família. Podem ser cadastradas as famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo mensal por pessoa ou que ganham até três salários mínimos de renda total por mês.

Para sua família ser beneficiada por programas como o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Telefone Popular, entre outros, ela deve estar inscrita no Cadastro Único. Mas é importante saber que estar no Cadastro Único não significa a entrada automática nestes programas, pois cada um deles tem suas regras.” Disponível em: <<http://www.servicos.gov.br/repositorioServico/cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal-cadastro-unic>>.

**9\_** Ver a esse respeito RIZEK, C. S. *Políticas sociais e políticas de cultura: territórios e privatizações cruzadas*, já citado.

**10\_** Ver Paoli, M. C. *O mundo do indistinto*. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK,

C. S. (Org.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

**11\_** Cf. Paoli, op. cit, p. 228 “Operou-se uma passagem que abandona a estruturação clássica baseada em classes sociais distintas, antagonicamente relacionadas, para uma classificação cujo recorte é montado por critérios de renda, faixa etária, pertencimento étnico, de gênero, patamar educacional e inserção no mercado de trabalho – e em todo o lugar cada um destes critérios torna-se um grupo social, para quem não apenas é dirigida uma programação específica, “adequada” a sua nova inserção limitada no mundo – programações uniformes e específicas para jovens, crianças, velhos, mulheres, adolescentes, negros, pobres paupérrimos, pobres mais ou menos, quase pobres, analfabetos como tal e analfabetos “funcionais”, desempregados, desanimados e desiludidos, cada um com seu mundo próprio – como também foi necessário o reforço ou a invenção adequada de novos estereótipos que confirmassem o pertencimento amoldado ao que a cidade pode lhes oferecer. Todo esse arranjo fere de frente a capacidade política dessas pessoas, fechando as possibilidades de interação múltipla,

ou seja, como mostra a aguda análise de Rancière sobre este processo, “a supressão da aparência do povo e de sua diferença a si: [...] o fato de cada um estar em seu lugar, de fazer ali sua própria atividade e ter a opinião idêntica ao fato de estar nesse lugar e de fazer ali o que há para fazer ali”. Confirma também, certamente, os achados foucaultianos sobre o que chamou de “a tecnologia política dos indivíduos” e a assustadora sobreposição da contagem estatística com a vida real da sociedade.”

**12\_** Devo à Natália Melo a menção a esse par de identificações, em especial à apresentação de seus resultados de pesquisa no texto “L’inclusion et la formation de ses limites: une étude de l’assistance aux sans domicile fixe”, apresentado no Seminário do Projeto LAtinassist, em Nogent sur Marne, fevereiro de 2014.

**13\_** Ver a esse respeito Sanfelici, D. M – *A metrópole no ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliária no Brasil*. Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2013. O autor aponta, em análise

de grandes empresas do setor da construção civil no Brasil, que a grande lucratividade do setor a partir de 2007 resulta de um processo de investimentos no chamado “setor econômico” combinado com a abertura dos capitais das empresas nas bolsas de valores. Ver também a esse respeito SHIMBO, L. *Habitação social de Mercado*. A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2012.

**14\_** Dessa perspectiva cabe ressaltar que as velhas binaridades, entre as quais a clivagem entre trabalho formal e informal, não parecem mais ter potência descritiva para dar conta das novas formas de inserção produtiva, entre as quais aquelas que podem ser identificadas como resultantes dos programas de estímulo ao empreendedorismo.

**15\_** Ver D’Andrea, T. *op. cit.* Também é possível mencionar a comunicação de Marcia Leite que tematizava, em relação ao Rio de Janeiro uma “gestão diferencial dos territórios” que se aplicava às formas de ativação das diferentes favelas do Rio de Janeiro, em especial comunicação feita em Encontro da ANPOCS, 2013, intitulada “De ‘territórios da

pobreza' a 'territórios de negócios': dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de "pacificação".

**16\_** Ver a esse respeito Laval, C. e Dardot, P. *La nueva razón del mundo*, Gedisa Editorial, Barcelona, 2013. Nesse livro, os autores sustentam que o neoliberalismo é não apenas uma ideologia ou uma política econômica, mas uma racionalidade que tende a estruturar e organizar a ação dos governantes assim como a conduta dos próprios governados. Essa racionalidade teria como sua principal característica a generalização da competição como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. "O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, um capitalismo sem o lastro de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como (...) norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto dos discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens (...)" O conceito de 'racionalidade política' elaborado por Foucault estaria então na base dessas considerações. "Uma racionalidade política é pois, nesse sentido, uma racionalidade governamental" p. 15.

**17\_** Ver *Revue Tiersmonde*, março de 2013, Lautier, B. *Gouvernement Morale des Pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique Latine*.

**18\_** "a figura do *nóia* [...] ganhou centralidade na investigação [...] Pois [...] a partir dessa nomeação, generaliza e homogeneiza a experiência dos usuários, bem como as distintas possibilidades de uso, a pesquisa empírica revela que trata-se de uma categoria, a um só tempo, de acusação e de assunção que agrupa abstratamente apenas um segmento muito particular de usuários: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção. Se da perspectiva das interações concretas trata-se de uma categoria bastante plástica, quase inalcançável; é instigante o fato de que tal plasticidade some quando se fala publicamente do uso de *crack*: imediatamente é essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático e sanitário. Tal como imaginada, ela evoca

limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais; impulsiona a criação de gestões que visam tanto recuperação quanto eliminação; e também centraliza o investimento dos inúmeros dispositivos políticos que passaram a lidar diretamente com a questão. Portanto, é o corpo imaginado do *nóia* que radicaliza a alteridade, na medida em que constitui, de diversos modos, um tipo social fundado a partir da exclusão.” RUI, Taniele. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. 2012. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2012

**19\_** Dessa perspectiva, é importante observar os dados recentes sobre a atuação da polícia brasileira. “De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, divulgado na terça-feira dia 11 (de novembro) os policiais foram responsáveis por seis mortes por dia em 2013. Por outro lado, 490 deles morreram violentamente no ano passado. (...) Segundo o levantamento, 11.197 pessoas foram assassinadas por policiais brasileiros nos últimos cinco anos – nos Estados Unidos, por exemplo, 11.090 foram mortos pelas mãos da polícia de 1983 a 2012, num

período de 30 anos, apesar de lá a população ter 125 milhões a mais.” Revista Isto É 19/11/2014, p. 60.

**20\_** ZIBECHI, R. *Política y miséria*. Uma proposta de debate entre o modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progressistas. Buenos Aires: Editora Lavaca, 2011.

**21\_** Op. cit.

**22\_** Depoimento de uma liderança de entidade participante do PMCMV – modalidade Entidades.

**23\_** BRAGA, R. *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. Boitempo Editorial, São Paulo. No prelo.